

Aconteceu

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP

Jornalista Responsável:
Dermi Azevedo - Reg. Prof. nº 239 MtB

Editor do Aconteceu:
Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Conselho Editorial:
Zwiuglio Mota Dias
Rubem Alves
Aloísio Mercadante Oliva
José Oscar Beozzo
Jether Pereira Ramalho

Assinatura anual: Cr\$ 10.000 (Brasil),
US\$ 58.00 (América Latina),
US\$ 66.00 (América do Norte),
US\$ 72.00 (Europa, Ásia e África).
Envie junto com seu pedido um cheque
nominal ou vale postal para CEDI-RJ



FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 20 A 26 DE MAIO DE 1985
Nº 309 - CIRCULAÇÃO INTERNA

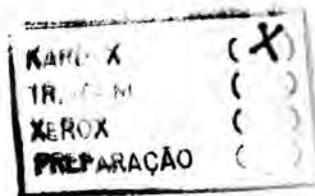
POLITICA NACIONAL

LUTA PELA ANISTIA NÃO ACABOU

Com bases no Rio, Porto Alegre e Brasília, seis entidades intensificaram, no país, a luta pela ampliação da anistia concedida pelo Governo federal em 1979. Apoiadas pela OAB e ABI, as entidades procuram, em várias frentes, esclarecer as limitações e injustiças da Lei 6.683, concedida "por um cérebro que tomou ta lidomida", segundo o ator Mário Lago, presidente da Comissão Nacional de Defesa da Anistia, que coordena o movimento. A luta interessa diretamente às famílias de aproximadamente 14 mil civis e militares, punidos depois do golpe militar de 1964 que depôs o Governo João Goulart. Um projeto aprovado por todas as entidades que perseguem a anistia "ampla, geral e irrestrita" já está no Congresso Nacional, onde cresce o lobby para resolver esse problema, que se arrasta há anos. (JB - 26/5/85)

NOVA LEI DE GREVE TRANSFERE PUNIÇÕES PARA CLT

A nova Lei de Greve abolirá as punições previstas no Decreto-Lei 1632 -, que proíbe greves em atividades essenciais e no serviço público -, que são advertência, suspensão por 30 dias e demissão. O anteprojeto entregue pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, ao Presidente José Sarney, determina que as greves em atividades essenciais sejam regidas pelo artigo 482 da CLT, que autoriza demissão por justa causa, enquanto as greves dos servidores públicos sejam reguladas pelo Estatuto do Funcionalismo Público. Pelo anteprojeto, serão consideradas atividades essenciais aquelas indispensáveis ao atendimento da população em suas necessidades básicas. Caso sejam deflagradas greves nessas atividades, caberá à Justiça do Trabalho e não mais ao Ministério do Trabalho, julgar a greve (o novo projeto aboliu os termos "legal" e "ilegal"). Os empregadores terão o direito de demitir seus funcionários e contratar outros imediatamente, sob a alegação de justa causa e da necessidade de manter a empresa funcionando. (O GLOBO - 25/5/85)



MUDANÇAS ECONÔMICAS DIVIDE PMDB

O vice-presidente do PMDB, Miguel Arraes, reclamou ontem da Executiva do PMDB uma definição política do partido diante do governo Sarney e uma atuação mais firme na defesa das mudanças econômicas e sociais preconizadas pela Aliança Democrática e previstas no programa peemedebista. O deputado pernambucano sustentou que o partido não deve apresentar-se nem como "legenda de governo" nem "no governo", mas como um partido independente, "que tem alguns integrantes" na administração federal. A intervenção de Arraes preocupou o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que disse não ser este o momento conveniente para aprofundar o debate desta questão, pois isto poderia ser interpretado como indício de desestabilização do governo Sarney. (FSP - 23/5/85)

TRABALHADORES URBANOS

METALÚRGICOS (SP) ACUSAM INDÚSTRIAS DE RADICALIZAR NEGOCIAÇÕES

O impasse nas negociações entre as montadoras da indústria automobilística e os metalúrgicos de São Bernardo do Campo assumiu contornos definitivos ontem, depois que as empresas se recusaram a fazer alterações em sua contraproposta, como havia solicitado o Sindicato. Em assembleia realizada à noite, que contou com a presença de duas mil pessoas, o Sindicato recusou formalmente a contraproposta reiterada pela Anfavea, mas deixou para esta manhã, nas portas das fábricas, a decisão pela continuidade ou não da greve, restrita agora à Volkswagen e à Ford, que estão com cerca de 35 mil trabalhadores parados. Os metalúrgicos decidiram, na assembleia de ontem, que preferem a sentença do Tribunal Regional do Trabalho, mesmo com a rejeição das reivindicações da redução de jornada de trabalho e a trimestralidade. Na avaliação dos dirigentes sindicais, é preferível esta situação do que aquela que seria gerada com a aceitação do acordo proposto pelas montadoras, pois, nesse caso, a categoria não poderia reivindicar novas reduções de jornada durante praticamente três anos. O principal impasse nas negociações girou em torno do prazo para que se processasse a redução de 48 para 44 horas semanais. Enquanto os metalúrgicos concordavam que a redução fosse feita até março de 1987, as empresas insistiam em só completar o processo em agosto daquele ano. Isso impediria que os metalúrgicos voltassem a abordar a questão da redução da jornada de trabalho na campanha de abril de 1987. Os dirigentes sindicais acusaram o setor patronal de ser radical e intransigente, utilizando vários tipos de pressão para forçar os metalúrgicos a voltarem ao trabalho e esvaziar o movimento. Um desses tipos de pressão são as demissões em massa. Ontem ocorreram mais 125 demissões na Volkswagen e mais 21 foram anunciadas na Ford na noite de anteontem. O total de demissões, segundo o sindicato, é de 2.954. (FSP - 23/5/85)

PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO RIO AINDA EM GREVE

Profissionais de saúde dos hospitais e postos do Estado e Município permanecem parados, desde o último dia 7 de maio. O impasse não apresenta perspectivas de solução: de um lado, os grevistas garantem que só voltam ao trabalho quando as reivindicações forem atendidas; de outro, o Governo do Estado, assegura que só negocia quando a greve terminar. Os profissionais de saúde querem a realização de concursos públicos, implantação do plano especial de saúde, efetivação dos seletistas, melhores condições de trabalho e atendimento à população. (JORNAL DO PAÍS - 23 a 25 de maio)

SERVIDORES DE SÃO PAULO EM GREVE DIA 3

Durante Assembléia realizada ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, dois mil funcionários públicos municipais decidiram entrar em greve a partir do dia 3 de junho, por tempo indeterminado. Os 95 mil servidores reivindicam aumentos trimestrais e antecipação da data-base do reajuste salarial de primeiro de julho para primeiro de maio. (O GLOBO - 25/5/85)

TELFÔNICOS DE SP REIVINDICAM TRIMESTRALIDADE

Caso suas reivindicações não sejam atendidas na reunião da Telebrás (estatal que coordena as empresas estaduais de telecomunicações), em 10 de junho, os telefônicos de São Paulo prometem bloquear o sistema de Discagem Direta a Cobrar (DDC), já no dia seguinte, entre 20 e 21h. Os trabalhadores reivindicam reajustes trimestrais, revogação do decreto 1.632/78 - que proíbe greves nos chamados setores essenciais - e dois abonos de 33%, calculados sobre o salário de janeiro, a serem pagos em maio e junho. (FSP - 22/5/85)

TELFÔNICOS PROTESTAM

No Rio, os empregados de empresas de telecomunicações interromperam as ligações a cobrar entre o Rio e Brasília, entre as 20 e 21 horas de ontem, numa "parada de alerta" à Telebrás. A paralisação foi decidida em assembléia geral realizada pela categoria. (FSP - 22/5/85)

BANCÁRIOS DE SP QUEREM REAJUSTE A CADA TRÊS MESES

Na próxima segunda-feira o Sindicato dos Bancários de São Paulo - que congrega 50 mil empregados, dos 160 mil existentes na área - enviará ofício a todos os bancos pedindo a abertura imediata de negociações para a concessão de aumentos trimestrais à categoria, além de estabilidade, reposição salarial e aumento do piso (hoje, de Cr\$ 506 mil). "Vamos forçar a negociação banco por banco, já que o sindicato patronal recusou-se a fazer isso", explicou Luiz Gushiken, presidente do sindicato dos empregados, que ontem promoveu um "Dia de Luta Pela Trimestralidade". (FSP - 25/5/85)

ELETRICITÁRIOS DECIDEM FORMAR COMANDO DE GREVE

A assembléia dos eletricitários, realizada ontem à noite, na sede do sindicato em São Paulo, aprovou a proposta de formação de um comando de greve, integrado por trabalhadores de todos os setores da Cesp e Eletropaulo. Esse comando elaborará um plano de greve até o próximo dia 31, quando está marcada uma nova assembléia. A proposta foi aprovada pela categoria. Outra proposta aprovada foi a de trabalhadores da estação da Eletropaulo no Jaguarê, prevendo que até o dia 31 a comissão de negociação dos trabalhadores discuta com a Cesp e a Eletropaulo uma aplicação diferenciada dos dois abonos de 10% propostos pelas empresas. Ao invés de ser aplicado o índice de 20% (soma dos dois abonos) sobre o valor de cada salário isoladamente, a proposta pede que esse índice seja aplicado sobre o montante total da folha de pagamento da empresa, o que beneficiará os funcionários de menor renda. (FSP - 22/5/85)

TERMINA A GREVE DOS CORREIOS EM SP

Sem ter conseguido o atendimento de qualquer uma de suas 43 reivindicações (entre elas um aumento real de 70% retroativo a abril e dois anos de estabilidade no emprego), os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

(ECT), no Estado de São Paulo, voltam ao trabalho a partir da zero hora de hoje. A decisão de suspender a greve, depois de treze dias, foi tomada em assembleia realizada na noite de ontem, na praça da Sé. (FSP - 23/5/85)

PROFESSORES ENCERRAM A GREVE EM SP

Numa decisão difícil e com a assembleia dividida, cerca de 10 mil professores estaduais aprovaram ontem à tarde a suspensão da greve da categoria por uma pequena diferença de votos. A suspensão do movimento já havia sido tomada na parte da manhã, quando os 44 representantes regionais dos professores reuniram-se com o comando de greve. À tarde, essa tendência, que recebeu 22 votos a favor, 17 contra e cinco abstenções, foi levada à assembleia. Diante da divisão entre os professores, o presidente da Apeoesp, Gumercindo Milhomem Neto, considerando a votação dos representantes regionais, resolveu suspender o movimento. Essa proposta, antes da votação, foi defendida pelo vice-presidente da entidade, Luiz Carlos Silva, muito vaiado pelos professores. (ESP - 26/5/85)

TRABALHADORES CONQUISTAM ESTABILIDADE POR UM ANO

Os 3.300 empregados do Estaleiro Mauá aceitaram a proposta da empresa para redução da jornada de trabalho, anunciou ontem o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Abdias dos Santos. Durante 90 dias, não haverá trabalho às segundas-feiras, sendo feita a correspondente redução do salário de cada empregado. Em contrapartida, o Presidente do Grupo Mauá-CCN, Hélio Paulo Ferraz, garante estabilidade no emprego durante um ano. (O GLOBO - 24/5/85)

DEZ MILHÕES DE INATIVOS SOFREM GRANDE PREJUÍZO EM TODO O PAÍS

De início, o trabalhador quando se aposenta (por invalidez, por idade, ou por tempo de serviço) tem sua remuneração drasticamente reduzida, pois o provento que lhe será pago é calculado sobre a média dos salários recebidos durante os últimos 36 meses de trabalho. Com esse texto, o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos (Dieese) abriu um de seus trabalhos, realizado no início do ano, sobre os prejuízos que atingiram 10 milhões de inativos do País (incluindo-se, além dos aposentados, os pensionistas). Agora, apesar de o Governo Federal ter assegurado 100% do INPC de maio sobre as aposentadorias e pensões, alterando a sistemática anterior, as lideranças dos inativos estão recorrendo aos mesmos estudos, acrescidos de dados mais recentes, para justificar a luta pela reposição dos proventos da classe. (JORNAL DO PAÍS - 23 a 25 de maio)

TRABALHADORES RURAIS

BÓIAS-FRIAS PARAM NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

O primeiro dia da greve dos canavieiros, na região de Ribeirão Preto (a 319 quilômetros de São Paulo), foi vivido num clima de expectativa e tensão, quando logo nas primeiras horas da manhã de ontem milhares de bóias-frias de doze cidades se dirigiram para os pontos de piquetes, a fim de evitar que os caminhões pau-de-arara seguissem para os canaviais. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara e diretor tesoureiro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Hélio Neves, calculou em

67 mil o número de bóias-frias, que aderiram ao movimento deflagrado na noite de anteontem na região de Ribeirão Preto. (FSP - 22/5/85)

AS GREVES NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO (SP)

<u>Cidades em Greve</u>	<u>Trab. parados</u>	<u>% do total</u>	<u>Safra</u>
Pontal	10.000	100	cana
Batatais	6.000	100	café
Barrinha	6.000	100	cana
Sertãozinho	15.000	100	cana
Pitangueiras	7.000	100	cana
Sta. Rosa do Viterbo	2.000	100	cana
Bebedouro	6.000	60	laranja
Serrana	8.000	100	cana
Orlândia	2.000	50	cana
Sales Oliveira	3.000	70	cana
Altinópolis	4.000	100	café

(FSP - 22/5/85)

REIVINDICAÇÕES

Diária mínima de Cr\$ 37 mil, com reajuste trimestral

Tabela mínima para corte, com reajuste trimestral

<u>Tipo de Cana</u>	<u>Cr\$ p/Metro</u>
12 meses em pé	600
12 meses deitada	800
18 meses	1.600
segundo corte, em pé	800
segundo corte, deitada	1.000
terceiro corte, em pé	600
terceiro corte, deitada	800

Final da tonelagem

Contrato individual mínimo por doze meses

Contrato direto com o patrão, sem o "gato"

Proibição de uso de máquinas na colheita

Estabilidade para os membros da comissão de negociação. (FSP - 22/5/85)

CONTRA PROPOSTA

Diária mínima de Cr\$ 16.825 a partir de 1º de maio.

Tabela para corte de cana estabelecida em função da tonelagem:

Cana de 18 meses	Cr\$ 5.200
Cana de outros cortes	Cr\$ 4.960

Conversão por amostragem do sistema de toneladas para metros colhidos.

Pagamento de salários integrais nos dias em que não houver trabalho por motivos alheios à vontade do trabalhador

Transporte em veículos com condições de segurança

Estabelecimento de contratos diretamente entre empregador e empregado, evitando a contratação por intermediários, salvo empresas regularmente constituídas

Fixação de multa de 10% do valor do salário de referência por infração e por empregado no caso de violação do acordo. (FSP - 22/5/85)

REPRESSÃO

A Polícia Militar, com apoio de tropa de choque vinda de São Paulo, dissolveu ontem dois piquetes de cortadores de cana na cidade de Serrana e prendeu 53 grevistas e líderes do movimento. Foi a maior ação policial na região desde o início da greve. Os policiais recorreram a cães pastores para prender vários bôias-frias nas ruas da cidade depois que os piquetes já tinham sido dissolvidos. Na cidade próxima de Pitangueiras, a tropa de choque dissolveu os piquetes a golpes de cassetete que atingiram oito mulheres e um menino. As prisões e agressões motivaram críticas do Deputado estadual Waldier Trigo (PMDB) ao Governo Franco Montoro: "O Governo piscu na bola. A greve não é política, é reivindicatória. Se ela acabar, outras acontecerão. O Governo de São Paulo ainda não está ao lado do povo, pelo menos por enquanto" - disse Trigo. O Deputado é o principal assessor político dos líderes sindicais rurais de Ribeirão Preto e foi prefeito de Sertãozinho, uma das cidades onde há greve. (JB - 26/5/85)

VIOLENCIA ESVAZIA GREVE

O Tenente-Coronel Correa de Carvalho, comandante da Polícia Militar de Ribeirão Preto, informou que a greve persistia apenas em Matão. Relatório preparado pela PM informava que ontem ainda estavam paradas as usinas Nossa Senhora Aparecida, Barbacena e Bela Vista, mas que o comparecimento ao trabalho foi quase normal nas usinas Santa Elisa (75%), Santo Antônio (90%), São Geraldo (80%), e Albertina (95%). Na Usina São Martinho compareceram ontem - dia normal de trabalho na região - 883 dos 923 bôias-frias, segundo a Polícia Militar. A São Martinho é a maior usina de açúcar e álcool do país. (JB - 26/5/85)

CANAVIEIROS DE SÃO PAULO PODEM TERMINAR GREVE

A mediação do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, permitiu praticamente fechar, às 18h de ontem, um acordo entre os bôias-frias e empresários, que poderá encerrar a greve dos cortadores de cana do interior paulista, iniciada há cinco dias. O acordo baseia-se em proposta feita na sexta-feira pelo Tribunal Regional do Trabalho, que incluía o reajuste das diárias mínimas dos empregados das usinas para Cr\$ 19 mil e, dos demais, para Cr\$ 17 mil 200 (os patrões ofereciam, respectivamente, Cr\$ 18 mil e Cr\$ 16 mil 825, enquanto os trabalhadores reivindicavam Cr\$ 37 mil e Cr\$ 35 mil). Os líderes da greve demonstravam-se dispostos a fechar acordo, devido ao esvaziamento do movimento. O diretor da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado, George Vidor Faita, disse que o esquema policial teve sucesso. "O trabalhador rural não tem preparação para enfrentar a polícia. Devemos encerrar a greve, para retomar o movimento no pico da safra, entre junho e julho", disse. (JB - 26/5/85)

TRABALHADORES RURAIS DO MT INICIAM GREVE

Mais de 2 mil 500 cortadores de cana entraram em greve, na manhã de ontem, em três municípios da região Leste de Mato Grosso - Jaciara, Dom Aquino e Juscimeira. Reivindicam Cr\$ 700 por metro linear de cinco ruas de cana cortada, em vez dos Cr\$ 200 que ganham atualmente, além de melhores condições de transporte e assistência médico-hospitalar. É a primeira greve de canavieiros na história de Mato Grosso. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaciara, Antônio Felinto, disse que há mais de 10 anos os cortadores vêm sendo "massacrados" pelos donos das usinas: "Os trabalhadores estão passando fome, são pessoalmente assistidos e tratados como animais nas gaiolas que servem como transporte de homens, mulheres e crianças". (JB - 26/5/85)

SESSENTA MIL CANAVIEIROS DO RJ AMEÇAM IR A GREVE

No Rio de Janeiro, a campanha salarial dos 60 mil canavieiros da Região Norte Fluminense já começa em clima de impasse. Os trabalhadores estão mobilizados, exigem novo piso salarial e preços mais elevados para o corte da cana, a partir de junho. O representante da classe patronal, Evaldo Inojosa, afirma que não vai negociar com os sindicatos rurais, alegando que os salários de todos os empregados do setor foram definidos em acordo com as entidades industriais (que representam os trabalhadores urbanos). "O representante patronal esqueceu de dois detalhes fundamentais: 1. os acordos anteriores foram negociados e os dissídios coletivos foram instaurados pela Fetag e sindicatos rurais; 2. a Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho já manifestou-se sobre qual entidade que representa os canavieiros. Reconhecendo, nesse caso, os sindicatos rurais e não as entidades urbanas", observa Eraldo Lirio. Os trabalhadores reivindicam piso salarial de Cr\$ 620 mil, o pagamento do metro da cana comum a Cr\$ 500, e da irrigada a Cr\$ 900 e a tonelada do produto cortado a Cr\$ 100 mil, além de outras melhorias. (JORNAL DO PAÍS - 23 a 25 de maio)

A CONTAG QUER ATÉ 1995 TERRA PARA 6 MILHÕES DE CAMPONESES

A decisão política - tomada pelo governo da "Nova República" - de elaborar o plano de reforma agrária "já significa um avanço importante. Mas até a sua aplicação prática vai um longo caminho que não poderá ser percorrido sem a luta e a mobilização do trabalhador rural", afirmou ontem o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva. Para a Contag, a pretendida reforma fundiária deveria contemplar um prazo "ideal" de 10 anos a alcançar "pelo menos 50% dos 12 milhões de trabalhadores sem terra". "Para quebrar a estrutura latifundiária do País", conforme entende o presidente da Contag, o governo dispõe de um amplo universo para manobras e de um suporte jurídico garantido pelo Estatuto da Terra. "Do total de terras cadastradas hoje, no País, calcula Francisco da Silva, 86% são considerados latifúndios e 9% são minifúndios economicamente improdutivos. A reestruturação fundiária do País defendida pela Contag "deve começar pelos Estados onde existem largos contingentes de trabalhadores sem terra". (FSP - 24/5/85)

IGREJAS

MAIS DE MIL PESSOAS PARTICIPAM DO ATO DE DESAGRAVO AOS IRMÃOS BOFF

Mais de mil pessoas superlotaram na noite de ontem o auditório das Faculdades Bennett para um ato de solidariedade aos teólogos Leonardo e Clodovis Boff - o primeiro condenado a um período de silêncio pelo Vaticano, e o segundo impedido de dar aulas no Colégio Marianum, de Roma. O ato foi apresentado pelo jornalista Roberto D'Ávila e contou com a presença de dezenas de entidades e personalidades. O único padre católico presente ao ato de solidariedade foi João Daniel de Castro, um dos cinco sacerdotes afastados de suas paróquias do Rio de Janeiro, no ano passado. (FSP - 22/5/85)

CASO BOFF SERÁ LEVADO À CORTE DE JUSTIÇA DE HAIA

O recurso em favor do teólogo franciscano Leonardo Boff, punido ao silêncio pelo Vaticano dia primeiro de maio, será encaminhado não somente ao papa João Paulo 2º, mas também à Corte Internacional de Justiça, organismo das Nações Uni-

das, com sede em Haia, Holanda. É o que informou ontem um dos redatores do recurso, o ex-procurador Hélio Bicudo. Além de argumentos de natureza jurídica, com base no novo Código de Direito Canônico, o recurso discutirá o chamado "mérito da questão", com base em documentos do Concílio Vaticano 2º, de João 23 e de Paulo 6º. (FSP - 21/5/85)

PASTORAIS E CEBS PEDEM EXTINÇÃO DA PENA DE BOFF

Um pedido ao papa João Paulo 2º para que seja "revista e retirada" a punição "ao silêncio obsequioso por um tempo conveniente", imposta pelo Vaticano ao teólogo Leonardo Boff, foi encaminhada ontem a Roma, pelas Pastorais Operária, do Menor, da Juventude e Vocacional, além da Comissão Regional de CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), Comissão de Direitos Humanos e dos Marginalizados e Comissão Regional de Catequese, da região episcopal Lapa, em São Paulo. Em Santos, os padres da Baixada Santista prepararam documento de apoio a Boff, mas sua divulgação foi proibida pelo bispo local, d. David Picão. (FSP - 23/5/85)

ORDEM RELIGIOSA ESTUDA PROCESSO CONTRA D. EUGÊNIO

O cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Salles, poderá ser processado junto ao Vaticano por abuso de poder, numa iniciativa da Ordem dos Servos de Maria, com sede em Roma e a que pertence o teólogo Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff. O superior geral da Ordem, o padre canadense Michel Sancerny, está investigando a cassação da missão canônica (autorização eclesiástica para ensinar) de Clodovis Boff na PUC/RJ, no ano passado: se for constatado que o afastamento do teólogo foi feito com base em "um processo de intenções" e não de acordo com o documento pontifício "Sapientia Christiana" (que regulamenta o ensino em instituições católicas) poderá ser instaurado um processo contra d. Eugênio Salles "por abuso de poder". (FSP - 20/5/85)

FRANCISCANOS REBATEM MENSAGEM DO PAPA COM UMA NOTA RÍSPIDA

Os representantes de províncias franciscanas em todo o mundo, que estão em Assis (Itália), para a celebração da Assembléia Geral da Ordem, responderam duramente ao "puxão de orelhas" que o Papa João Paulo 2º lhes havia dado no princípio da Assembléia. João Paulo 2º, em uma mensagem pessoal, havia pedido aos irmãos menores franciscanos "mais silêncio e menos propaganda". Os franciscanos responderam ao papa emitindo a seguinte nota: "Nós não vamos em busca de nossa identidade. Nossa atividade no mundo não se destina à busca de uma nova identidade. Ela é nossa identidade. É fruto de séculos de história, de doutrina, de tradição e de empenho no mundo". "Nós vamos onde há sofrimento, pobreza e necessidade, conscientes de nossa missão". (FSP - 22/5/85)

BISPOS PEDEM A SARNEY REFORMA AGRÁRIA NO NE

Os bispos ligados ao Secretariado Regional Nordeste-1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que compreende o Estado do Ceará, encaminharam na última sexta-feira ao presidente José Sarney um documento de denúncia da "situação de miséria e penúria crescente" em que vive o homem nordestino, "vítima de um sistema concentrador de riqueza e, particularmente, da posse da terra, que figura nas mãos de poucos". O texto, assinado pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheiter e por mais onze bispos do Ceará, afirma que "a tragédia nordestina, já apontada como genocídio", exige, entre outras soluções, "uma reforma agrária autêntica e corajosa", capaz de "suprimir a raiz principal dos problemas sociais do Nordeste." (FSP - 26/5/85)

INDIOS

INDIGENISTA CONFIRMA QUE ÍNDIOS FAZEM 'LOBBY' NA FUNAI

O temor de ameaças e invasões, de agressões físicas de índios no exercício do "lobby" em Brasília, levou a Funai a adotar uma política de clientelismo, covarde e maléfica à maioria das comunidades indígenas. Esta é a opinião do novo Superintendente do órgão, Apoena Meireles, manifestada em documento que encaminhou ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, antes de ser nomeado para o cargo. Segundo ele, ao ficar atendendo com "recursos em espécie" e mercadorias aos índios que ficam em Brasília, a Funai leva os seus delegados regionais a uma posição de descrédito e desmoralização perante os índios de suas áreas. Para o novo Superintendente, a Funai é hoje um órgão inviável e impossível de se administrar. "Ou esse caos se torna um caos criador de uma coisa nova, ou veremos em breve a anarquia generalizar-se, dando aos índios a impressão de que cabe a eles o pleno direito e nenhuma responsabilidade pelos seus atos". (O GLOBO - 21/5/85)

RESERVA DOS CAIAPÓS

O governo do Pará poderá questionar, administrativamente ou por via judicial, a ampliação da reserva indígena caiapó, que se superpõe em 385 mil hectares - no limite Sul - a uma área que o Estado havia arrecadado, matriculado em seu zome e posto à venda, sem oposição da Funai. Caso o governo estadual não consiga a revisão do decreto de demarcação, os licitantes dos lotes que ficaram dentro do território indígena terão de ser remanejados. (ESP - 24/5/85)

INTERNACIONAIS

GREVE PARALISA ARGENTINA EM PROTESTO CONTRA ALFONSÍN

A greve geral de um dia, deflagrada ontem pela Confederação Geral do Trabalho argentina (CGT), paralisou quase inteiramente o país, recebendo adesão total dos trabalhadores na indústria e no comércio, além de fechar as portas dos bancos e esvaziar escolas e repartições públicas em todas as grandes cidades. O movimento, convocado para repudiar a política econômica de austeridade adotada pelo governo do presidente Raúl Alfonsín, culminou com uma grande manifestação diante do palácio do governo. Foi o maior protesto popular desde que Alfonsín tomou posse em dezembro de 1983, ultrapassando em muito a primeira greve geral convocada pela CGT em setembro de 1984. (FSP - 24/5/85)

GOVERNO AMERICANO NÃO DESCARTA AÇÃO MILITAR CONTRA NICARÁGUA

O secretário de Estado norte-americano, George Shultz, advertiu ontem que a intransigência do Congresso em aprovar a ajuda pedida pelo presidente Ronald Reagan aos rebeldes nicaraguenses "pode apressar a decisão para uma intervenção militar direta dos Estados Unidos na Nicarágua". Em pronunciamento no Colégio dos Advogados norte-americanos, em Washington, Shultz criticou os parlamentares democratas que escrevem cartas amistosas ao presidente nicaraguense. O alvo das críticas de Shultz foram dez deputados que escreveram a Ortega em março do ano passado e dois senadores - todos democratas - que viajaram à Nicarágua em abril último. (FSP - 24/5/85)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Aos companheiros Sindicalistas
e membros de entidades de apoio aos trabalhadores

Caros companheiros:

Como já deve ser do vosso conhecimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma articulação dentro do Sindicalismo Rural, entre os Sem-Terra, na luta pela conquista de um direito fundamental para nos, que é o direito à terra.

Os companheiros sabem muito bem como a violência tem estado presente em todas as lutas pela posse da terra. Os latifundiários grileiros, através de seus jagunços, muitas vezes ajudados pela própria polícia e até mesmo acobertados pelo poder judiciário, transformaram nosso campo num mar de injustiças. E muitos dos nossos companheiros pagaram com a vida a sua determinação de lutar pelo seu pedaço de terra.

A maioria desses assassinatos não teve resultado na Justiça e a opinião pública, sobretudo da cidade, nem fica sabendo desses acontecimentos.

Por isso o Movimento dos Sem Terra, resolveu através de sua Secretaria, tentar reunir todos os dados e informações possíveis sobre esses assassinatos e mortes induzidas que houveram no campo a partir de 1964. Sabemos que é uma tarefa difícil, mas esperamos até o final do ano reunir material suficiente para publicarmos um dossiê em forma de livro. Pretendemos então divulgar esse trabalho o mais amplamente possível através da imprensa, em coletiva, inclusive no exterior, etc.

Com os seguintes objetivos:

1. Levar, através da denúncia ao conhecimento dos trabalhadores e do povo em geral do campo e da cidade, a existência desses crimes barbaramente cometidos contra os trabalhadores rurais.
2. Pressionar as autoridades no sentido de darem solução a esses crimes, realizando assim a Justiça social que exigimos.
3. Fazer desse trabalho um registro histórico das lutas camponesas e seus mártires nesse período.

Mas para isso precisamos da colaboração de todos os companheiros que sintam a importância dessa pesquisa. Por isso pedimos encarecidamente aos companheiros para que se tiverem conhecimento de assassinatos no seu município ou região, por favor nos enviem quaisquer dados disponíveis. Pode ser documentos impressos, boletins, dossiês, recortes de jornal, fotografias, relatórios, etc. Precisamos de dados principalmente do período de 1964-1977, porque pouco se publicou ou se documentou dessa época, por ser a fase mais negra da ditadura militar. Se os companheiros tiverem conhecimento de alguma entidade ou pessoa que possam ter essas informações, também nos comuniquem.

Companheiros, vamos preservar a nossa história de lutas, denunciando as injustiças que se comete há muitos anos contra os trabalhadores.

TODAS AS INFORMAÇÕES ENVIEM PARA:

Wânia Mara de Araújo Pietraseca ou Maria Cristina Vanucchi Leme

Cx. Postal 749

74000 - Goiânia - GO

(SECRETARIA REGIONAL SUL - Caixa Postal 1916 - 90.000 - Porto Alegre - RS)